

Mudança linguística e seu tratamento pela Morfologia Distribuída

Linguistic change and its approach through Distributed Morphology

Cristina Figueiredo*
Universidade Federal da Bahia,
Salvador, Bahia, Brasil

Rafael Dias Minussi**
Universidade Federal de São Paulo,
Guarulhos, São Paulo, Brasil

Resumo: Neste artigo, analisamos duas mudanças no nível morfológico da língua de acordo com o arcabouço teórico da Morfologia Distribuída (HALLE; MARANTZ, 1993; MARANTZ, 1997), com o objetivo de demonstrar que esse modelo consegue explicar a mudança diacrônica, seja aquela a partir de dados em tempo real ou a em tempo aparente (LABOV, 1972). Quanto à mudança relacionada à emergência de uma nova raiz a partir de palavras complexas, devido à não transparência de seus elementos constitutivos durante o processo de aquisição da linguagem, propomos que a mudança ocorre na Lista 1 por meio do acréscimo de uma raiz. Quanto à segunda mudança descrita neste trabalho, a ampliação do uso do advérbio *mais*, permitindo que ele ocorra em estruturas de coordenação e de subordinação comitativa, propomos que a mudança ocorra na Lista 2.

Palavras-chave: Mudança morfológica. Morfologia Distribuída. Raízes. Multifuncionalidade de *mais*.

Abstract: In this paper, we analyze two changes in the morphological level of Brazilian Portuguese words, based on the theoretical framework of Distributed Morphology (HALLE; MARANTZ, 1993; MARANTZ, 1997). Our aim is to demonstrate that such model can explain the diachronic change in this language, based either on real time or apparent time data (LABOV, 1972). Regarding the change related to the emergence of a new root resulting from complex words, we propose that a root is added to List 1, due to the non-transparency of their constituent elements during the language acquisition process. As for the second change, we propose that it occurs in List 2, since the broader use of the adverb *mais* allows it to occur with both coordination and subordination structures.

Keywords: Morphological change. Distributed Morphology. Root. Multifunctionality of *mais*.

[...] os fatos estudados pela Linguística Histórica se apresentam como necessários aos argumentos da Linguística Teórica, da mesma forma que a Linguística Histórica, para ter caráter científico deve integrar-se em alguma vertente teórica e metodológica da Linguística [...] (MATTOS E SILVA, 1988)

1 INTRODUÇÃO

Começamos este artigo retomando a epígrafe de Rosa Virgínia Mattos e Silva, professora e pesquisadora dedicada ao estudo do português numa perspectiva histórica e homenageada neste volume da Revista A Cor das Letras. Em conferência proferida na ABRALIN de 1988 sobre a Linguística Histórica no Brasil, Mattos e Silva apoia-se em Saussure, “que se fascinava com os dados das línguas enquanto fenômeno histórico, mas ao mesmo tempo era compelido para a teoria do fenômeno da linguagem” (1988, p. 87) e em Chomsky, para quem “a teoria da gramática é a própria essência da compreensão desse fenômeno” (1988, p. 89), a fim de afirmar que os percursos da ciência linguística no século XX percorrem dois caminhos - o da Linguística Histórica e o da Linguística Teórica – propondo uma interdependência dessas duas vertentes, que estão relacionadas às duas faces da linguagem humana, a língua como fenômeno histórico e a língua como um sistema por trás da fala ou regras ordenadas da gramática (MATTOS E SILVA, 1988, p. 88).

De acordo com Faraco (2009), a Linguística Histórica no Brasil, no século XX, inicialmente, seguiu os passos da tradição portuguesa, ou seja, os estudos sobre a história do português no Brasil, inicialmente, contaram com a contribuição de filólogos, tais como: Serafim da Silva Neto, Antenor Nascentes, Auguste Magne e Celso Cunha. É apenas em 1984 que a Linguística Histórica no Brasil é retomada sob novo viés, após 20 anos, pelos estudos linguísticos brasileiros numa mesa redonda, intitulada “Problemas de Linguística Histórica”, organizada por Carlos Franchi e que reuniu o próprio Faraco e Fernando Tarallo.

Não se pode deixar de registrar a importância da Profa. Rosa Virgínia Mattos e Silva, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), nessa reentrada da Linguística Histórica na agenda das pesquisas brasileiras, “por sua trajetória acadêmica, ela ocupou uma posição particular em toda essa história: foi o elo principal entre as gerações e entre as tendências histórico-filológicas” (FARACO, 2009, pág. 105). Rosa Virgínia também foi a responsável pelo fortalecimento dos estudos do português em Linguística Histórica, com a criação do *Projeto Programa para a História da Língua Portuguesa* (PROHPOR), que formou inúmeros pesquisadores espalhados por diversas universidades brasileiras e que multiplicaram e continuam multiplicando as pesquisas na área. Vale ressaltar ainda que o PROHPOR é o projeto mais antigo dedicado aos estudos de Linguística Histórica, desde 1991. Posteriormente, em 1997, Prof. Ataliba de Castilho, na USP, estimulado pelo PROHPOR, de acordo com Faraco (2009), cria o projeto *Para História do Português Brasileiro*, que se consolidou como um projeto nacional, integrando pesquisadores de diversas universidades do Brasil.

Segundo Faraco (2009), nessa retomada da Linguística Histórica, o projeto *Parâmetros rítmicos, fixação de parâmetros e mudança linguística*, desenvolvido na UNICAMP (1998 – 2003), sob a coordenação de Charlotte Galves, também merece destaque.

Nessa trajetória dos estudos de Linguística Histórica não se pode deixar de mencionar o papel da professora Mary Kato, reconhecida pesquisadora gerativista, que também investiu em pesquisas diacrônicas e, como Mattos e Silva, orientou inúmeros trabalhos, que se espalharam pelo Brasil. Mas é na década de 90 que Mary Kato, em

parceria com Fernando Tarallo, um pesquisador de formação Sociolinguística, torna a idealização proposta na epígrafe deste artigo um programa de trabalho profícuo. Amostras de fala espontânea, bem como textos escritos com características da oralidade são analisados segundo a metodologia Sociolinguística Laboviana (LABOV, 1974, 1994) e explicados segundo a Teoria dos Princípios e Parâmetros (CHOMSKY, 1981, 1982, 1986). A esse casamento entre a Sociolinguística Laboviana e a Teoria Gerativa, mais precisamente a Teoria dos Princípios e Parâmetros, denominou-se Sociolinguística Paramétrica.

Nessa perspectiva, com o objetivo de descrever e explicar a gramática do português brasileiro, distinguindo-a da gramática do português europeu (doravante PE), multiplicaram-se os interesses pelas mudanças ocorridas na gramática do português que chegou ao Brasil, caracterizando um português brasileiro (doravante PB) e parametrizando essas duas variedades do português. Diversos aspectos da sintaxe do português foram analisados do ponto de vista diacrônico e da Sociolinguística Paramétrica e as obras *Português Brasileiro: Uma Viagem Diacrônica*, organizado por Mary Kato e Ian Roberts (1993), em homenagem a Fernando Tarallo, e *Fotografias Sociolinguísticas*, organizado por Fernando Tarallo, refletem a busca pela identidade do PB, evidenciando diferenças entre o PB e o PE.

Foram temas bastantes recorrentes nesse momento de busca pela identidade do PB a partir da constatação de diferenças entre essas duas variedades do português: a perda da concordância nominal e verbal, o sistema pronominal brasileiro, o preenchimento da posição de sujeito, as estratégias de realização do objeto direto anafórico, com ênfase no estatuto do objeto nulo, a sintaxe dos clíticos, as estratégias de relativização, entre outros.

Pouco se estudou sobre a mudança ocorrida no nível morfológico, exceto de forma descritiva, sem o aporte de uma teoria explicativa. Parece-nos que o pouco interesse pelos aspectos morfológicos, em parte, se dá pelo fato de se acreditar que esses aspectos têm pouco ou nenhum reflexo na sintaxe, ou ainda por não se ter tido um modelo teórico que permitisse explicar tais mudanças. Trabalhos atuais, no âmbito da sócio-história, têm demonstrado que mudanças nos itens gramaticais, tornando-os multifuncionais, têm se refletido na sintaxe. São exemplos dessas mudanças o uso do advérbio *mais* como conector, utilizado em construções coordenativas e comitativas¹ (*João e/mais José; João saiu com/mais José*); o uso das expressões adverbiais *aí, ali, aqui e lá* no DP (*Determiner phrase*) como reforçadores dêiticos (*esse menino aí/lá/aquí*) e/ou como especificadores (*um menino aí/lá me bateu*) em posição final no DP; a ampliação do uso da preposição *para* em construções de aplicativo baixo (*deu um presente para Maria*), diferentemente do PE em que essa preposição é utilizada apenas em construções de aplicativo alto (*construiu uma casa para Maria*); a perda do traço locativo no pronome *onde* que passa a ser introduzido pela preposição (*na/ni onde você deixou o livro*)².

São ainda mudanças morfológicas relevantes no português a reanálise como raízes de itens lexicais complexos, ou seja, quando a estrutura complexa de um item se torna opaca e os falantes o interpretam, no período de aquisição, como uma raiz. Por exemplo,

¹ A mudança nesse caso diz respeito à ampliação do uso do *mais* em contextos não observados no PE, permitindo que entrasse em variação no PB com a conjunção *e* e com a preposição *para*.

² Alguns desses fenômenos são peculiares a dialetos específicos do PB.

na mudança do latim para o português, de acordo com Bassani (2013), nas formas verbais *afetar*, *adquirir*, *esquecer*, em oposição (*ad + facere > adfacere > affectare > affectar*>; *ad + quaerere > adquaerere > adquirirere* >; *ex + cadere > excadere > *excadescere³ > escaecer*>), o prefixo é incorporado às raízes, e o conteúdo semântico e morfológico dos itens envolvidos nessas formações, diacronicamente interpretadas como formações complexas, perdem a transparência e elas são reanalisadas como raízes. Além disso, esse tipo de mudança morfológica, que torna opaca a estrutura interna de um item, pode provocar uma mudança no paradigma flexional dos itens que sofreram reanálise. Por exemplo, nas formas verbais que, tradicionalmente, são formadas pela raiz $\sqrt{\text{TER}}$ como, por exemplo, *conter* etc., analisadas como uma estrutura *pref + $\sqrt{\text{TER}}$* , e, segundo a gramática tradicional, devem ser flexionadas de acordo com o paradigma do verbo *TER*, são reanalisadas como $\sqrt{\text{CONTER}}$ e flexionada no Futuro do Subjuntivo como *conterem*, em vez de *contiverem*.

Neste trabalho, partindo de dados efetivamente produzidos por falantes do português a partir da análise de *corpora* de fala, temos como objetivo principal utilizar o aporte teórico da Morfologia Distribuída (HALLE; MARANTZ, 1993; MARANTZ, 1997), um modelo não lexicalista, a fim de explicar como essas mudanças se dão na gramática do indivíduo. São discutidos dois aspectos: (i) a regularização do paradigma verbal do Futuro do Subjuntivo de verbos prefixados como *conter* e (ii) a multifuncionalidade do item de vocabulário *mais*.

Considerada uma teoria recente, os trabalhos em Morfologia Distribuída (doravante MD) têm se dedicado à ampliação do modelo, à explicação de seus pressupostos teóricos e a demonstrar sua capacidade explanatória, além de discutir acerca da formação de palavras. No âmbito da Linguística Histórica, o trabalho de Bassani (2013) analisa a formação de verbos complexos no português, a fim de demonstrar que a MD é um modelo capaz de explicar a mudança linguística assim como a Teoria dos Princípios e Parâmetros foi utilizada para explicar os fenômenos sintáticos.

Este artigo está assim estruturado: na seção 2, apresentamos os pressupostos teóricos da MD, bem como um caso de mudança morfológica à luz dessa teoria, demonstrando sua capacidade explicativa para fenômenos históricos; na seção 3, realizamos a análise de dois fenômenos: (i) a regularização da flexão de Futuro do Subjuntivo em verbos prefixados como *conter*, uma mudança ocorrida na raiz que implica uma mudança na Lista 1 da gramática do falante, e (ii) a ampliação do uso funcional do advérbio *mais* em construções de coordenação e de subordinação comitativa, uma alteração que implica uma mudança na Lista 2, mais precisamente no conjunto de traços que compõe o seu contexto de inserção. Por fim, na seção 4, fazemos as considerações finais.

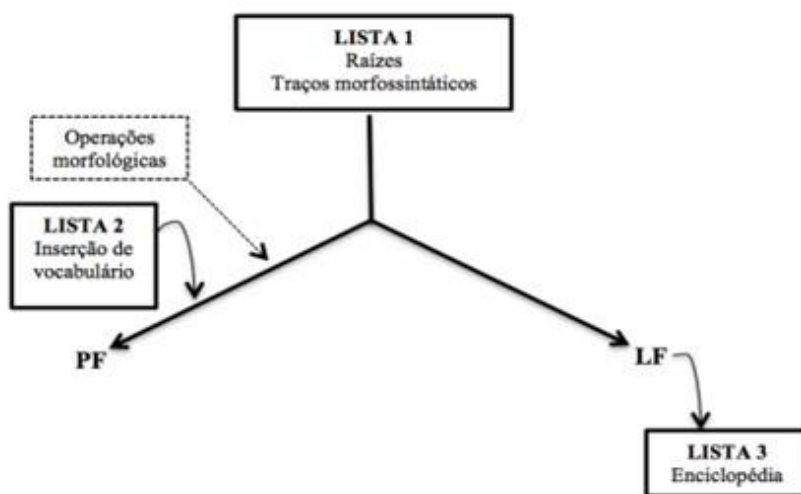
³ Verbo “frequentativo” de *excadere* (“cair para fora”). Nota da autora.

2 A MORFOLOGIA DISTRIBUÍDA E SUA RELAÇÃO COM A LINGUÍSTICA HISTÓRICA

A MD é um modelo teórico dentro da teoria da Gramática Gerativa (CHOMSKY, 1957) que tem como pressuposto a não existência de um Léxico gerativo, de modo que tanto as sentenças quanto as palavras são formadas pelas mesmas operações sintáticas, durante sua derivação.

Essa teoria foi inicialmente postulada em Halle e Marantz (1993) e Marantz (1997) como uma teoria não lexicalista que possui três listas não gerativas, no lugar do Léxico gerativo usual no modelo gerativo chomskyano. Marantz (2013a) revela que a ideia de uma teoria em que se separavam as informações contidas no Léxico surgiu a partir do trabalho de Morris Halle com morfemas que exibem alomorfes supletivos, como acontece com morfemas de tempo passado do inglês⁴. A ideia dos autores, na época, era que havia um morfema abstrato de passado, que recebia sua fonologia depois da derivação sintática. Esse seria o prenúncio de um dos princípios da teoria: a Inserção Tardia de conteúdo fonológico. Neste momento teórico, Marantz era inflexível sobre um ponto: se alguns morfemas eram abstratos, seria mais coerente com a gramática se todos os morfemas fossem abstratos. Assim, haveria morfemas abstratos que teriam apenas uma realização e outros morfemas que apresentariam alomorfias e, portanto, poderiam ter mais de uma realização fonológica.

O nome da teoria, Morfologia Distribuída, está ligado a um de seus pressupostos: a distribuição das informações, até então consideradas armazenadas no léxico, em três listas. Essas três listas podem ser observadas no esquema da arquitetura da gramática abaixo:



Arquitetura da Gramática proposta pela MD (BASSANI; MINUSSI, 2015, p. 140)

⁴No inglês, o morfema de passado pode ser realizado como /t/ ou /d/ de acordo com o contexto fonológico. Há ainda algumas supleções que se dão nas raízes como, por exemplo, *go* (verbo *ir* no presente) e *went* (verbo *ir* no passado).

Como podemos observar pelo esquema acima, na MD não há Léxico, como já foi dito, e a derivação sintática é alimentada pelos elementos contidos na Lista 1, ou seja, por raízes e morfemas abstratos. As raízes contêm informação gramatical e semântica – informação gramatical porque elas são elementos que podem sofrer concatenações durante a derivação sintática e podem, ou não, licenciar a concatenação de núcleos funcionais dependendo da informação gramatical que elas possuem. Elas contêm informação semântica, uma vez que estamos de acordo com Minussi e Bassani (2017), os quais argumentam que a semântica da raiz é responsável por diferenciar uma raiz de outra já na Lista 1. Assim, a raiz de $\sqrt{\text{GAT}}$ possui um conteúdo diferente do da raiz $\sqrt{\text{CACHORR}}$ e assim por diante.

No entanto, as raízes da Lista 1 não possuem conteúdo fonológico e são acategoriais. O fato de as raízes não possuírem conteúdo fonológico está relacionado às origens da teoria e à Hipótese da Inserção Tardia. A hipótese de Inserção Tardia é um pressuposto da teoria e prevê que tanto as raízes quanto os morfemas abstratos não possuem fonologia, recebendo a fonologia após o *spell out* sintático, quando uma cópia da estrutura é enviada para Forma Fonológica (PF, do inglês *Phonological Form*) e outra cópia é enviada para a Forma Lógica (LF, do inglês *Logical Form*). No caminho para PF, encontra-se a Lista 2, onde estão depositadas as peças fonológicas a serem inseridas nas raízes e nos morfemas abstratos. Um dos principais argumentos para essa hipótese reside na existência de raízes supletivas, como são as raízes dos verbos *ser e ir* no português e as raízes de verbos como *be, go e feel* do inglês, em que há uma mudança da forma da raiz no passado, e raízes de nomes como *mouse, tooth e foot*, entre outros, que mudam a forma da raiz em contexto de plural.

Por sua vez, entende-se que as raízes são acategoriais, porque as raízes, ao se concatenarem a núcleos funcionais de categoria como *v, a, ou n*, podem se tornar verbos, adjetivos e nomes. É também no momento da categorização das raízes que elas negociam seu significado definitivo (MARANTZ, 2001; ARAD, 2003). Uma raiz como $\sqrt{\text{FORM}}$, ao ser concatenada a um núcleo *n*, no português, produzirá o nome *forma*; se concatenada a um núcleo adjetival *a*, produzirá o adjetivo *formal* e, se concatenada a um núcleo verbal *v*, produzirá o verbo *formar*.

No que diz respeito às raízes, a variação e a mudança acarretariam alguma alteração em seu inventário? Neste artigo, constam dois exemplos de mudança que decorreram da formação de novas raízes na Lista 1: (i) a formação de verbos complexos, que na diacronia eram formados por uma raiz + prefixo e que incorporaram o prefixo na estrutura da raiz (BASSANI, 2013) e (ii) verbos irregulares prefixados que, ao incorporarem também o prefixo à estrutura da raiz, passam a ter uma flexão regular (CARVALHO, 2019).

No que diz respeito aos morfemas abstratos, eles são um conjunto de feixes de traços que se localizam nos nós terminais da estrutura sintática. Eles são abstratos porque, assim como as raízes, recebem seu conteúdo fonológico depois da derivação sintática no caminho para PF. Há na Lista 1 diferentes traços abstratos como: [+pl], [+definido], [+passado], [+feminino] etc., além dos próprios traços categoriais de *n, v e a*.

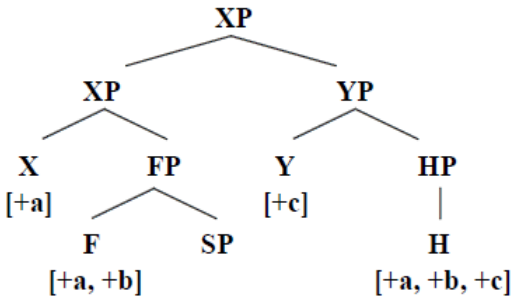
Como já mencionamos, é na Lista 2 que se encontram as peças fonológicas que devem ser inseridas nos nós fornecidos pela sintaxe, ou seja, esse conteúdo fonológico

deve ser inserido no nó relevante, contendo a informação gramatical proveniente da derivação sintática. São os Itens de Vocabulário (IV) que fazem essa ligação entre a estrutura fornecida pela derivação sintática e o conteúdo fonológico de cada morfema abstrato, além do conteúdo das raízes. Os IV são, portanto, regras que unem um conteúdo gramatical a um conteúdo fonológico. Eles vão atuar no *spell out* fonológico, seguindo alguns princípios como, por exemplo, o Princípio do Subconjunto.

O Princípio do Subconjunto diz que o IV pode conter todos os traços dos morfemas abstratos, ou um subconjunto desses traços, mas nenhum traço diferente do morfema abstrato. Caso exista algum traço diferente, a inserção de conteúdo fonológico não acontece. Tomemos abaixo alguns IV de uma língua fictícia para exemplificarmos a atuação do Princípio do Subconjunto.

- (1) Itens de Vocabulário
- a) /z/ ↔ [+a, +b, +c]
 - b) /zu/ ↔ [+a, +c]
 - c) /zi/ ↔ [+a]
 - d) /zai/ ↔ *elsewhere*

(2)

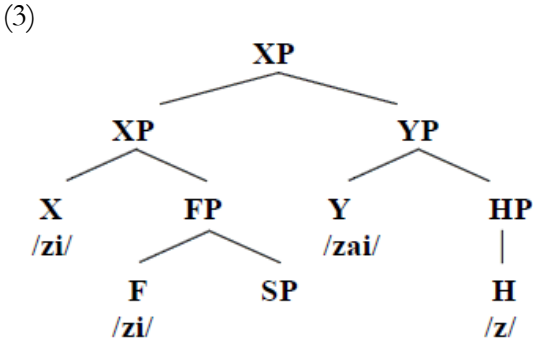


Em (1), temos uma lista de IV e, em (2), temos uma estrutura sintática gerada durante a derivação sintática. Essa estrutura, ao chegar na Lista 2, possui apenas traços sem conteúdo fonológico. O conteúdo fonológico será inserido na estrutura por meio de regras, que são os IV como já dissemos antes, de acordo com o Princípio do Subconjunto. Começemos por observar a estrutura em (2), para entendermos como funciona esse princípio.

Há um traço [+a] no nó terminal X na estrutura que deve receber seu conteúdo fonológico. Os IV entram em competição para ocupar o lugar do traço. Sabemos de antemão que o IV deve ser um subconjunto dos traços do nó terminal, ou seja, não pode conter nenhum traço diferente do nó terminal. Assim, será inserido no lugar do traço [+a] o IV em c): /zi/. Os IV a) e b) não podem ser inseridos, porque possuem traços que não estão no nó terminal X. Já o IV d) não pode ser inserido porque há outro item mais especificado, ou seja, o item c).

Tomemos outro nó terminal, como o nó F que possui os traços [+a, +b]. O IV que será inserido nessa posição é novamente o IV em c), /zi/, uma vez que o IV a), /z/, possui o traço [+c] que não aparece no nó terminal. O mesmo acontece com o IV em b), que possui o traço [+c], que não está no nó terminal.

Por sua vez, se tomarmos o nó terminal Y, que possui o traço [+c], perceberemos que os IV em a), b) e c) da lista em (1) não poderão ser inseridos. Em casos como esse, o item menos especificado, que é o IV em d), /zai/, um IV *elsewhere*, será inserido. Para finalizar, o nó terminal H é um nó totalmente especificado. Para esse nó, o IV mais especificado deverá ser inserido, ou seja, o IV a), /z/, que possui um conjunto de traços igual ao do nó terminal H. Abaixo, podemos observar como ficará a estrutura depois da inserção dos IV.



Quanto à Lista 2, é possível formular a seguinte pergunta: por que a Lista 2 e os IV são importantes para explicarmos a variação e a mudança que ocorre nas línguas? Quando dizemos que as línguas mudam, no que se refere à sua morfologia, temos em mente casos em que uma palavra, ou um morfema, por exemplo, passa a ser encontrado em um contexto inesperado, ou em um contexto mais abrangente, em que tal elemento não era anteriormente usado. O mesmo pode acontecer com o surgimento de um item para um contexto em que antes não havia nada. Esse tipo de mudança, na qual um item aparece em um contexto mais abrangente que o contexto anterior, pode ser explicado por meio dos traços que um IV contém. Antes da mudança, o contexto de inserção de um IV era mais específico e com a mudança, um IV pode passar a ter menos traços que antes e, assim, seu contexto de inserção passa a ser mais amplo, de modo que o IV passa a aparecer em contextos em que anteriormente ele não era encontrado. Vamos exemplificar melhor esse tipo de mudança neste artigo quando falarmos sobre o item *mais* na seção 3.2.

Por fim, a última lista proposta pela MD: a Lista 3. A Lista 3 é uma lista de conhecimento de mundo do falante, portanto, é uma lista com conhecimento extralinguístico. Ela atua na interpretação de todas as raízes, mas, principalmente, em contextos especiais das raízes em que as raízes adquirem um significado idiomático. Por exemplo, a raiz √GAT- pode ser nominalizada e formar o nome *gato*. Como a Lista 3 enumera todos os significados possíveis, de acordo com o conhecimento de mundo de

cada falante⁵, a forma nominalizada, *gato*, pode, por exemplo, significar: (i) mamífero, (ii) felino, (iii) animal de 4 patas, (iv) animal domesticável; além desses, outros significados que dependem de um contexto também podem ser listados, como, por exemplo, (v) pessoa bonita em um contexto – como *Meu namorado é um gato* – e (iv) ligação clandestina – em *Meu vizinho tem um gato de tv a cabo*.

Nesta seção, apresentamos a arquitetura da gramática da MD, seus elementos primitivos (as raízes e os morfemas abstratos), seus principais componentes (Listas 1, 2 e 3), além de alguns princípios como a Inserção Tardia e o Princípio do Subconjunto.

Na subseção a seguir, apresentamos duas análises que utilizam os pressupostos da MD para explicar uma mudança linguística que leva em consideração a Lista 1 (mais precisamente, a raiz) e um fenômeno que leva em consideração a Lista 2 e uma mudança que ocorre no IV.

2.1 COMO ANALISAR OS FENÔMENOS HISTÓRICOS E DE MUDANÇA POR MEIO DA MD?

Para responder à pergunta que está no título desta subseção, recorreremos a duas das listas descritas anteriormente e acrescentamos alguns princípios e operações postuladas pela MD. Assim sendo, vamos tratar mais detidamente de fenômenos ligados à Lista 1 e à Lista 2, especificamente à aquisição de novas raízes pelos falantes e também a uma reconfiguração dos traços de um IV.

A seguir, tratamos de um trabalho pioneiro que segue a vertente teórica da MD e que analisa casos de verbos prefixados, cujo prefixo não é mais transparente para os falantes atuais. Dessa forma, este trabalho analisa a mudança morfológica ocorrida nesses verbos e explicita como é tratado o processo de lexicalização numa teoria em que o Léxico não é um primitivo.

2.1.1 Transparência, composicionalidade e mudança morfológica: Bassani (2013)

O trabalho de Bassani (2013) trata mais especificamente da formação dos verbos complexos e da estrutura de argumentos de verbos como: *extrair*, *esvaçar*, *amaciar*, *engavetar* entre outros. Contudo, ao analisar mais detidamente esses verbos, a autora se depara com a questão do quão produtivos e transparentes são os prefixos relacionados a algumas bases. Segundo a autora, “uma palavra derivada completamente transparente e composicional é aquela em que se pode reconhecer formal e funcionalmente a contribuição individual de cada afixo, bem como da base” (BASSANI, 2013, p. 31).

Em sua pesquisa, Bassani, aplicando o conceito de transparência por ela adotado, num *corpus* constituído de 380 formas verbais complexas, encontrou 53 formas parcialmente transparentes e 327 totalmente transparentes. Para a argumentação realizada neste artigo sobre o processo de mudança morfológica, interessa-nos a análise da autora

⁵ Dizer que a Lista 3 enumera os significados de acordo com o conhecimento de mundo de cada falante significa dizer que esses significados variam de indivíduo para indivíduo de acordo com as suas experiências. Não é, portanto, um conhecimento universal e fixo, podendo ser expandido a todo momento.

para as formas verbais classificadas como parcialmente transparentes, aquelas cujo reconhecimento do afixo é possível recorrendo ao conhecimento diacrônico que se tem da língua (BASSANI, 2013, p. 31). Nessa categoria, estão formas como *atrair*, *extrair*, *incluir*, *inalar*, *acessar*, *afetar*, *embutir*, *esquecer*, *inflamar* etc. A fim de dar uma explicação sincrônica, a autora lança mão dos pressupostos da MD apresentando argumentos em direção de uma mudança morfológica que consiste na passagem de uma estrutura composicional transparente para uma estrutura simples dessas formas verbais.

Em sua argumentação Bassani leva em consideração aspectos da história dos prefixos da língua, em especial *ad-*, *ex-* e *in-*, que se encontram nas formações verbais parcialmente transparentes e que, no latim, como preposição, eram utilizados com caso acusativo e ablativo. A preposição *ad-*, por exemplo, combinava-se com diferentes verbos para estabelecer uma relação semântica, direção, e estrutural, caso acusativo, entre o verbo e o DP.

- (4) *Veni ad urbem*⁶.
Vir à cidade

(BASSANI, 2013, p. 34)

Contudo, à medida que o caso fonologicamente realizável foi desaparecendo, formas como a de (5), em que não há marca de caso no substantivo, passaram a ocorrer.

- (5) *Veni ad Roma*
Venho para Roma

(BASSANI, 2013, p. 35)

Segundo Bassani, as preposições, no caminho em direção às línguas românicas, podem se anexar aos verbos como prefixos, como é o caso do prefixo *ad-*, que se anexou ao verbo *venire* formando o verbo *advenire*. Foi desse modo que muitos verbos, considerados parcialmente transparentes, entraram no português, ou seja, como verbos complexos. Da adjunção da preposição às formas verbais, conforme a autora, as formações resultantes “adquirem significados diversos do que se esperaria a partir de sua composição latina” (BASSANI, 2013, p. 35). O verbo *advir*, que em português significa “vir depois, surgir como consequência etc.”, por exemplo, possui significado diferente da forma latina da qual se originou, *advenire*, que significa “aproximar-se, ir a algum local, chegar a”. É pertinente analisar essas formas como complexas, uma vez que o significado é tão diverso ou se pode analisar como nova raiz sincrônica, questiona Bassani (2013).

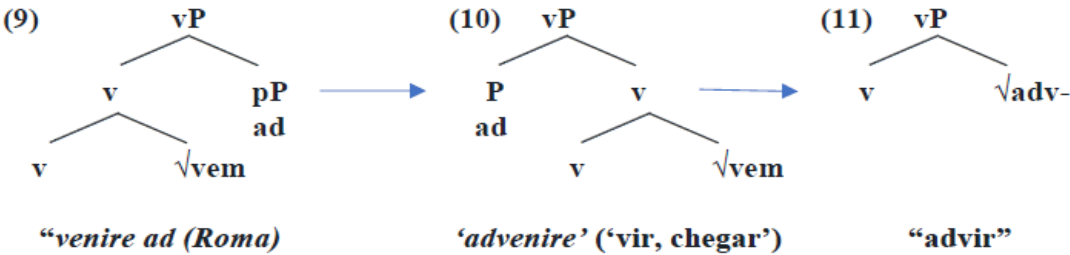
A conclusão a que chega a autora, ao analisar as formais verbais consideradas parcialmente transparentes, é que há um subgrupo que, sincronicamente, tem sua estrutura interna opaca, ou seja, foi reanalisado como formação simples. Na análise dessas formas verbais, apesar de haver a possibilidade de se chegar, diacronicamente, à identificação de um prefixo, tratam-se de formações sincrônicas simples, em que o suposto prefixo é atualmente interpretado na aquisição da linguagem como parte da raiz.

⁶ O negrito, para a autora, marca o caso do substantivo.

Para a pesquisadora, a raiz etimológica⁷ não está presente “em nenhuma formação em que se mantenha um mesmo significado de um modo minimamente coerente” (BASSANI, 2013, p. 36). Assim, ela defende que “em algum estágio da língua, que não temos por objetivo identificar, o prefixo incorporou-se à base e, no processo de aquisição, adquiriu-se uma nova raiz na Lista 1” (BASSANI, 2013, p. 36). São casos desse tipo os verbos⁸, exemplos em (6) a (8), cuja estrutura etimológica está explicitada de acordo com o dicionário Houaiss e Villar (2007).

- (6) ad + facēre > adfacēre > affectare > affectar > afetar
 - (7) ad + quaerēre > adquaerēre > adquirēre > ... > adquirir
 - (8) ex + cadere > excadere > *excadescēre⁹ > escaecer > esquecer
- (BASSANI, 2013, p. 36)

A fim de demonstrar o processo de mudança sofrido, a incorporação das preposições/prefixos às raízes nesses tipos de verbo, gerando, de acordo com a MD, uma nova entrada na Lista 1, a autora, a partir do exemplo em (4), *Veni ad Roma*, demonstra os passos da mudança de *ad-* tomando uma sequência de representações arbóreas, como se vê de (9) a (11). Em (9), *ad-* é uma preposição, que passa a prefixo em (10) e, por fim, em (11), *ad-* é incorporado à raiz.



(BASSANI, 2013, p. 37)

No que diz respeito aos traços da preposição, que em sua origem histórica são portadoras de informações direcionais/locativas, no momento em que há um processo de lexicalização, os seus traços podem ser completamente apagados da raiz, restando apenas a fonologia, ou tais traços podem ser totalmente, ou parcialmente preservados¹⁰.

⁷ Bassani (2013) e outros autores fazem a diferença entre o que é considerado raiz para os lexicalistas, ou seja, a raiz etimológica, e o que é uma raiz dentro da MD, isto é, um primitivo teórico sem relação com a diacronia.

⁸ *inclinár, infectar, inflamar, inundar, arredar, esquecer, embaçar, adquirir, afetar, assentir, esbarrar, esmiuçar, acessar, engolir, envergar.*

⁹ Verbo “frequentativo” de *excadere* (“cair para fora”). Nota da autora.

¹⁰ Porque foge ao escopo deste artigo, não trataremos a discussão sobre traços parcial ou totalmente preservados. Tal discussão pode ser encontrada em Bassani (2013).

3 NOVAS ANÁLISES DENTRO DO QUADRO DA MD

Nesta seção, damos um tratamento com base nos pressupostos da MD a dois fenômenos ligados à mudança sincrônica: (i) regularização da flexão, com base na incorporação de prefixo à raiz (CARVALHO, 2019), e (ii) mudança do *mais* como conectivo (GOMES, 2014, 2019; TRINDADE; FIGUEIREDO, 2013).

3.1 MUDANÇA MORFOLÓGICA E REGULARIZAÇÃO DA FLEXÃO EM VERBOS PREFIXADOS

Nesta subseção, tratamos, principalmente, do modo como a regularização da flexão dos verbos irregulares como, por exemplo, *tiver* (verbo *ter*) ou *puser* (verbo *pôr*), foi tratada na literatura, utilizando como dados específicos os verbos irregulares formados com prefixos (e. g., *conter* e *compor*) e a regularização de suas formas tomando por base o Futuro do Subjuntivo (doravante FS) e o Infinitivo Flexionado (doravante IF).

Para entender melhor a questão da variação da forma do FS com a forma do infinitivo, retomamos o trabalho de Basílio (1977). Segundo a autora, os falantes têm uma “intuição confusa” sobre as sentenças com o IF (exemplo em (9)) e o FS (exemplo em (10)).

- (12) a. Eles ficarão felizes ao **receberem** o prêmio.
b. Eles ficarão felizes quando **receberem** o prêmio.

(CARVALHO, 2019, p. 90)

Para Basílio (1977), os exemplos (12), a partir de uma forma regular, mostram que é difícil identificar quando há uma ocorrência de FS ou de IF, visto que essas formas verbais regulares apresentam flexão idêntica para FS e IF. Quando o verbo é irregular, contudo, não se observa esse comportamento. Como nos exemplos em (13) e (14), verifica-se uma mudança na raiz, ou radical, do verbo, por exemplo, o radical do verbo *saber* no IF, em (13), é *sab-*, mas *soub-* no FS, em (14), de modo a percebermos a diferenças entre as formas flexionais dos verbos.

- (13) Eles entenderão a decisão ao **saberem** da situação.
(14) Eles entenderão a decisão quando **souberem** da situação.

No entanto, dados empíricos evidenciam que é comum o falante do PB utilizar o radical de IF em contexto de FS, regularizando as formas verbais irregulares. Acabando, portanto, com a diferença, entre os verbos regulares e irregulares no que diz respeito às formas do IF e do FS. Vejamos os próximos exemplos.

- (15) a. Quando os músicos **compuserem** uma boa canção, eu vou patrocinar a banda.
b. Quando os músicos **comporem** uma boa canção, eu vou patrocinar a banda.

- (16) a. Se o produto **contiver** casca, deverá ser descartado.
 b. Se o produto **conter** casca, deverá ser descartado.

No exemplo em (15a), o verbo *compor* foi flexionado no FS. O verbo *compor*, segundo os gramáticos e a literatura mais tradicional, pode ser analisado como formado por *com* + *pôr*, seguindo, portanto, o sistema flexional de *pôr*, que é um verbo irregular. A raiz do verbo *pôr* sofre uma alomorfa em alguns tempos verbais como, por exemplo, *pus* (Pretérito Perfeito), *punha* (Pretérito Imperfeito do Indicativo), *pusera* (Pretérito mais-que-perfeito), *pusse* (Pretérito Imperfeito do Subjuntivo) e *puser* (Futuro do Subjuntivo). Tal alomorfa na raiz também é observada nesses tempos com o verbo *compor*. Algo semelhante ocorre com verbo *conter*, que pode ser descrito como *com* + *ter*. O verbo *ter* é irregular e apresenta uma alomorfa em alguns tempos, por exemplo, *tenho* (Presente do Indicativo), *tive* (Pretérito Perfeito), *tinha* (Pretérito Imperfeito do Subjuntivo), *tivera* (Pretérito mais-que-perfeito), *tivesse* (Pretérito Imperfeito do Subjuntivo) e *tiver* (Futuro do Subjuntivo).

Por sua vez, os dados em (15b) e (16b) mostram que os falantes podem regularizar a flexão de verbos prefixados como *compor* e *conter* no FS. Ao regularizar a flexão dessas formas, a flexão do FS passa a se assemelhar, em forma, à flexão do IF, uma vez que, mesmo sendo considerados verbos irregulares, *compor* e *conter* não apresentam alomorfa especificamente na forma do futuro do subjuntivo.

Conforme podemos ler em Carvalho (2019):

A literatura considera possível a existência de regularização as formas irregulares nas línguas. No entanto, Basílio (1977) refuta essa possibilidade, indicando que, nos verbos que possuem duas raízes, como por exemplo, *fazer* e *fizer*, não há tendência à regularização das raízes, uma vez que nesses verbos ocorre a manutenção das raízes irregulares nos tempos do pretérito perfeito do indicativo (*fiz*), pretérito mais que perfeito do indicativo (*fizera*), pretérito imperfeito do subjuntivo (*fizesse*), futuro do subjuntivo (*fizer*). (CARVALHO, 2019, p. 87)

Basílio (1977) argumenta que a substituição FS por IF é formulada em termos da regra de opacidade sintática. Isso ocorre em sequências fonológicas idênticas provindas de derivações distintas, porém com as mesmas implicações semânticas. Especificamente, as ocorrências de FS, acontece em contexto condicional e, se o verbo principal for impessoal, sem sujeito, a única diferença entre a construção infinitiva (em que o sujeito é frasal) e a condicional será a marca da condicional explicitada na sentença.

- (17) Vocês **pararem** agora será uma loucura (infinitivo flexionado).
 (18) **Se** vocês **pararem** agora será uma loucura (futuro do subjuntivo).

(CARVALHO, 2019, p. 87)

Em (17) e (18), observamos construções condicionais de FS e IF a partir do verbo *parar*, considerado regular. Observa-se, em (17), que a condicionalidade se dá apenas pelo uso da forma de IF sem a presença do marcador *se*. Já em (18), há a presença do marcador juntamente com a forma de FS. Em ambas, o significado é o mesmo. Portanto, como as

formas verbais regulares são idênticas, as sentenças, como as apresentadas acima, são geradas por uma derivação em que a regra do FS não foi aplicada (BASÍLIO, 1977). Contudo, a diferença dessas duas sentenças não está clara para a autora.

Carvalho (2019) faz um estudo sobre o uso do FS no português paulistano, a partir de um *corpus* recolhido pelo PROJETO SP2010 da Universidade de São Paulo, coordenado pelo Prof. Dr. Ronald Belini e chama a atenção para verbos prefixados como *compor* (compuser), *conter* (contiver), *obter* (obtiver) e *impor* (impuser). Na análise da autora, apenas o verbo *impor* foi encontrado sem ocorrer variação da forma verbal do FS com a forma de Infinitivo. A partir da análise de Carvalho (2019), propomos um tratamento também de acordo com a MD para as formas de verbos como os já citados em que há regularização da flexão.

A hipótese trabalhada por Carvalho (2019) se assemelha àquela proposta por Bassani (2013). A autora argumenta que o falante perdeu a intuição de que esse grupo de verbos, tratados como verbos prefixados, já não podem ser analisados a partir da estrutura prefixo + $\sqrt{\quad}$, de modo que o prefixo passa a integrar a raiz, criando um novo verbo que já não é irregular.

Ainda segundo Carvalho (2019, p. 96), “o falante flexiona as formas dos verbos prefixados via regra para os regulares e esse pode ser um processo de regularização por perda da intuição composicional desses verbos”. Essa perda de intuição da composicionalidade dessas formas verbais, *prefixo + verbo*, leva, por exemplo, o falante a realizar a flexão do verbo PROPOR (pro + por), ignorando as regras flexionais do verbo irregular *pôr*, adotando o paradigma de verbos regulares. Esse comportamento, ou seja, a perda da intuição composicional parece apontar para um processo de mudança linguística no período de aquisição da linguagem, conforme Lucchesi e Ribeiro (2009) sintetizam.

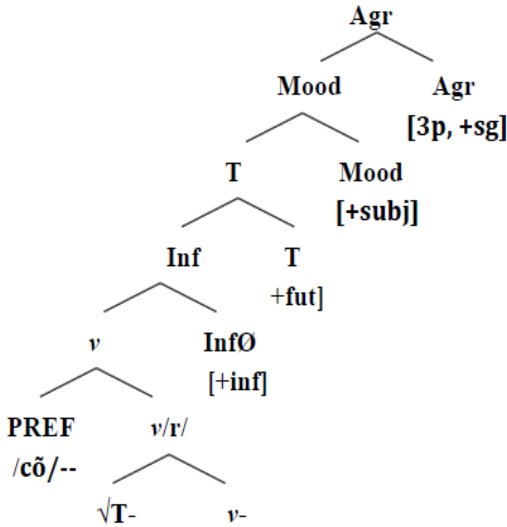
A mudança linguística acontece em consequência de “erros” no processo de aquisição [...] muitos desses “erros” são compatíveis com a GU e podem se propagar para todos os membros da comunidade (ou regredir), a depender das evidências que a língua-alvo oferece, do valor estrutural marcado ou não marcado da forma inovadora, bem como dos valores sociais que adquirem na comunidade. Essa é a posição assumida por Kroch (2005), para quem a mudança no valor de um parâmetro precede as alterações nas frequências de uso. Outros linguistas consideram que alterações nas frequências de uso, por questões de estilo ou estratégias discursivas, quando um tipo particular de construção pode se tornar mais frequente como resultado de ter adquirido alguma função expressiva, podem tornar opaco o valor de um parâmetro, levando a criança a optar por um valor não marcado [...]. Nesse caso, as alterações nas frequências de uso precedem a mudança paramétrica. (LUCCHESI; RIBEIRO, 2009, p. 138-139).

Segundo Carvalho (2019), o falante não realiza uma analogia, mas utiliza a sua intuição. Dessa forma, o falante não emprega a flexão irregular do FS porque essa regra não foi internalizada e esse comportamento pode ser um indício de mudança linguística. Vale salientar que essa hipótese diz respeito apenas aos verbos irregulares, cuja constituição seja composicional, *prefixo + verbo* e que não alcança à flexão de FS de todos os verbos irregulares do português.

Analizando morfologicamente dados com o verbo CONTER por meio da MD, vamos considerar que na Lista 1 dos falantes que não regularizam a flexão para um verbo

irregular como CONTER, haverá a concatenação de um prefixo COM- à raiz \sqrt{T} - (TER). Para análise, vamos nos basear no trabalho de Bassani (2013), que propõe que para alguns falantes os prefixos podem ser parcialmente transparentes e contribuir para a semântica da formação. Esse seria o caso de CONTER para alguns falantes que, intuitivamente, enxergam a raiz TER, conforme a estrutura em (19).

(19)

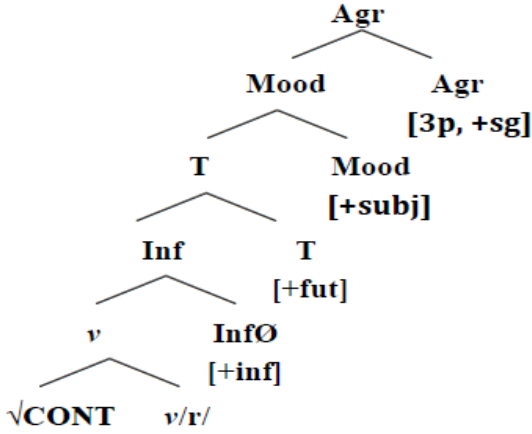


(CARVALHO, 2019, p. 98)

Na representação em (19), a raiz \sqrt{T} - é categorizada pelo categorizador *v*, tornando-se um verbo e sua semântica é fixada de acordo com a teoria de fase descrita em Marantz (2001) e Arad (2003). Em seguida, o prefixo *con-* é concatenado à estrutura, sem promover alteração da categoria da base a que é adjungido, uma característica atestada pelos estudos morfológicos. Outros núcleos funcionais são concatenados, Inf, T, Mood e Agr. A inserção de vocabulário para esses nós funcionais é baseada na raiz \sqrt{T} , uma raiz que forma um verbo irregular.

De acordo com Carvalho (2019), o uso de CONTEREM, pertencente ao paradigma dos verbos regulares, em contexto de FS em lugar de CONTIVEREM, do paradigma dos verbos irregulares, é uma evidência da perda da intuição de que o verbo CONTER não seja composicional, *prefixo + verbo*. A autora propõe que “não há flexão irregular de FS em CONTEREM, pois o que há na Lista 1 do falante é uma nova raiz \sqrt{CONT} - que é regular, visto que não é mais o prefixo COM- junto à raiz \sqrt{T} - (TER), que é irregular” (2019, p. 89). Em (20), apresentamos a representação dessa hipótese, em que podemos observar que a derivação de CONTEREM parte da nova raiz \sqrt{CONT} -, que é categorizada por *v*. Dessa forma, a sequência fonética *con* não é mais analisada como prefixo, ou seja, separada da raiz.

(20)



(CARVALHO, 2019, p. 99)

Na próxima subseção, discutimos outro fenômeno que acreditamos ser relevante para falar de mudança e variação dentro da MD, tal como a mudança do IV *mais* como conectivo. Nos dois fenômenos dessa subseção ligados aos verbos prefixados, a análise, dentro do quadro da MD, estava voltada para uma mudança ocorrida na Lista 1 dos falantes e envolvia a raiz como primitivo. A mudança do *mais*, contudo, é analisada a partir de uma mudança de traços da Lista 2.

3.2 A MUDANÇA DO *MAIS* COMO CONECTIVO

Num estudo sócio-histórico sobre o PB, mais precisamente, sobre o português falado em comunidades rurais compostas predominantemente por afro-descendentes que viviam, no momento da coleta dos dados, em relativo isolamento no estado da Bahia (Helvécia, Rio de Contas, Cinzento e Sapé¹¹), Gomes (2014, 2019) analisou o IV *mais* e verificou a possibilidade de esse IV ocorrer em contextos de variação, em funções distintas das que as gramáticas tradicionais costumam lhe atribuir, que são a de advérbio (*essa roupa é mais bonita*) e pronome indefinido (*comprei mais livros na Bienal*). Nessas comunidades, *mais* está em variação tanto com a conjunção *e*, em construções coordenativas (*Ricardo e/mais Maria viajaram*), quanto com a preposição *com*, realizando uma subordinação entre termos (*Ricardo viajou com/mais Maria*), o que evidencia uma ampliação funcional desse IV apontando para uma mudança morfológica ocorrida no

¹¹As amostras de fala analisadas por Gomes (2014, 2019) pertencem ao acervo do Projeto Vertentes do Português popular do Estado da Bahia (UFBA), coordenado pelos professores Dante Lucchesi e Gredson Santos.

conjunto de traços desse IV na Lista 2, tendo em vista o seu uso em contextos inesperados.

A mudança ocorrida no uso de *mais* (que anteriormente só aparecia como intensificador ou comparativo) refere-se à possibilidade de esse item ocorrer como conector em alternância estrutural coordenativa/subordinativa-comitativa. Essa alternância que envolve uma hierarquia entre termos da oração, de acordo com Gomes (2014, 2019), consiste na alternância entre uma estrutura coordenativa (COO), como em (21a), ou subordinativa-comitativa (SUB/COM), como em (21b), tanto com verbos simétricos, em que o argumento comitativo é selecionado pelo verbo, em (21), quanto com verbos assimétricos, em que o comitativo é resultado de adjunção, em (22), preservando o significado das sentenças, bem como o papel temático dos argumentos envolvidos na alternância.

- (21) a. Maria **e/com**¹² João se casaram. COO
b. Maria casou **com** João. SUB/COM
- (22) a. Clarice **e/com** Armando saíram. COO
b. Clarice saiu **com** Armando. SUB/COM

Como se vê nos exemplos em (21) e (22), de acordo com a tradição gramatical, *e* e *com*¹³ podem estabelecer uma relação de coordenação, porém, na relação subordinativa-comitativa, apenas *com* é possível. Embora já se verificasse no português a possibilidade de *com* atuar nas duas estruturas, é o intensificador/quantificador comparativo *mais*, nas comunidades afro-brasileiras do estado da Bahia, o escolhido para ocorrer nas duas posições, como em (23) e em (24), predominantemente¹⁴.

- (23) a. Adoeceu a mãe **e** a filha. (Sapé) COO
b. O pai **mais** a mãe que vai cuidá a terra. (Helvécia)
(GOMES, 2014, p. 106)
- (24) a. Aí eu saía, viajava **com** ele, ia direto. (Cinzento) SUB/COM
b. Fi de Denestina (...) é casado **mais**Nezim. (Helvécia)
(GOMES, 2014, p. 87-128)

¹² Nesse contexto, a conjunção *e* pode estar em variação com o comitativo *com*, porém o comportamento sintático é ambíguo entre uma estrutura de coordenação de DPs (caso em que a concordância com o verbo, de acordo com a norma culta, deve ir para o plural) e uma estrutura de subordinação de termos (em que a concordância se dá com o DP mais alto). Porém, no dialeto analisado, não é possível aplicar o teste da concordância, tendo em vista que, nas comunidades analisadas, a frequência de aplicação da regra de concordância verbal é de apenas 16% conforme Lucchesi et al. (2009, p. 449).

¹³ De acordo com a tradição gramatical, quando os sujeitos são hierarquicamente iguais e a partícula *com* atua como se fosse a conjunção *e*, o verbo deve ir para o plural. De outro modo, quando o segundo termo é reduzido à condição de adjunto adverbial de companhia, configurando uma subordinação, o verbo deve concordar com o número do primeiro termo (CUNHA; CINTRA, 1985).

¹⁴ Foram encontradas poucas ocorrências de *com* relacionando DPs e, considerando a possibilidade de ambiguidade estrutural, Gomes (2014, 2019) não as integrou à análise realizada.

De acordo com Gomes (2014), a mudança envolvendo uma alteração funcional de *mais* é devida ao contato com línguas africanas que apresentam um padrão em que um único conector estabelece a relação de coordenação e subordinação/comitativa¹⁵. Para Gomes (2019, p. 40), esse fenômeno era comum em muitas línguas africanas que vieram para o estado da Bahia, tais como o quimbundo, hauçá, wolof, ewe, fula. A autora assume que, no processo de aquisição do português como L2, verificou-se um processo de relexificação (LEFEVBRE, 2001), um processo de aquisição de L2 em situação de contato linguístico, que implica a manutenção de propriedades semânticas e sintáticas de itens lexicais das línguas de substrato, cuja matriz fonética é substituída pela matriz fonética da língua alvo. Segundo Muysken (1981), tanto o item lexical do substrato quanto o da língua alvo devem conter traços semânticos comuns, que permitam a relexificação.

Gomes (2014, 2019) propõe que a escolha de *mais* para atuar como conector coordenativo e subordinativo-comitativo ocorreu por conta do traço sintático <RELACIONAL> e do semântico <INCLUSÃO> contidos neste item lexical e compartilhado com o item lexical da língua de substrato, um requerimento, de acordo com Muysken (1981), para que haja a relexificação.

O traço semântico <INCLUSÃO> diz respeito à inclusão/participação de um segundo termo no evento. Na coordenação, os termos relacionados pela conjunção são sempre mais simétricos (mesmo papel temático), como em (25), mas no caso da subordinação essa participação pode ser ou não simétrica, ou seja, o DP subordinado pode ter ou não o mesmo papel temático que o DP sujeito, como em (26).

(25) João[agente] **e/mais** Maria[agente] viajaram.

- (26) a. João[agente] viajou **com/mais** Maria[agente].
b. João[agente] falou **com** Maria[destinatário].
c. João[agente] está chateado **com** Maria[tema ou alvo].

(Adaptado de GOMES, 2019, p. 156)

Ainda de acordo com Gomes (2019), o traço <RELACIONAL> diz respeito à possibilidade de nexos sintáticos entre os termos relacionados. A partícula *e* estabelece relação de coordenação e *com* de subordinação e ambas exigem a presença de um constituinte.

De acordo com a proposta da autora, no caso do advérbio *mais* o nexo estabelecido parece ser o de comparação. Duas características importantes sobre *mais* são: (i) o segundo termo não precisa necessariamente estar explicitado para que haja uma comparação, como mostram os exemplos em (27); (ii) *mais* pressupõe algo em comum que possa ser o ponto de referência para a comparação, como a seguir.

(27) a. Ana chegou mais cedo.

¹⁵ De acordo com Stassen (2000), são línguas do tipo *with-languages* em oposição às do tipo *and-languages*, que possuem estratégias distintas de coordenação e subordinação.

- b. Ana chegou mais cedo do que Pedro. (pessoa/pessoa)
- c. Ana chegou mais cedo (hoje) do que ontem. (tempo/tempo)
- d. *Ana chegou mais cedo do que alegre.

(Adaptado de GOMES, 2019, p. 154)

Segundo Gomes (2019), *mais* possui os traços <INCLUSÃO> e <RELACIONAL>, que licenciam seu uso como conector, variando com *e/com*. Além disso, *mais* possui a característica de *similaridade* (pressupor algo em comum que possa ser comparado), o que justificaria a agramaticalidade de (27d). Em contrapartida, o item *com* pode não estabelecer o nexo de comparação, além de estabelecer tanto a relação de subordinação quanto de coordenação e não requer similaridade entre os termos que seleciona, como se vê nos exemplos em (26). Em nossa análise, assumimos o traço de [adição] adotado por Gomes (2014) por considerarmos *mais* compatível com os traços que propomos para os IV *e, com* e *mais* da língua portuguesa a qual serviu de *input* para a aquisição do português como L2 pelos africanos em situação de multilinguismo no período de colonização do Brasil.

Gomes (2019) realiza uma análise, sob a perspectiva da relexificação (LEFEBVRE; LUMSDEN, 1994), considerando a interface morfossintaxe e semântica, em que busca identificar os traços que permitiram a escolha do item *mais* no português para ocorrer em estruturas sintáticas de alternância coordenativa/subordinativa-comitativa, como ocorre nas línguas africanas que constituíram o substrato na formação do PB.

Neste trabalho, como já dito na introdução, buscamos demonstrar que a mudança morfológica observada no item *mais* pode ter ocorrido no conjunto dos traços que compõem seu contexto de inserção na Lista 2, de acordo com os pressupostos da MD. Ou seja, o contexto de inserção de *mais*, que parece evidenciar a gramática internalizada dos portugueses que aqui chegaram no período de colonização do Brasil¹⁶ e que ainda é observada no PE rural, conforme *Cordial Sin (Corpus Dialetal para o Estudo da Sintaxe*¹⁷), no PB culto e em diversas regiões brasileiras, que não reconhecem *mais* como um item coordenativo ou comitativo, gerando apenas dados como em (28) e (29), é distinto do conjunto de traços da gramática internalizada dos indivíduos das comunidades em que se observam a alternância coordenativa e subordinativa/comitativa (GOMES, 2014), como em (23) e (24).

- (28) a. Dois **mais** dois são quatro. (aditivo)
- b. Todos vieram à festa, a Carla, o André, o Luiz, a Renata e **mais** o Ari.
- (29) a. Esses livros são **mais** interessantes que aqueles.
 (intensificador)

¹⁶ O uso de *mais* em alternância coordenativa/subordinativa-comitativa também não foi encontrado nos *Diálogos de São Gregório*: Edição e estudo de um manuscrito do português medieval, editado por Américo Venâncio Lopes, em 2008.

¹⁷ Disponível em: <<http://www.clul.ul.pt/pt/recursos/226-corpus-syntax-oriented-corpus-of-portuguese-dialects-cordial-sin>>.

b. Nossa biblioteca tem **mais** livros do que nunca.
(quantificador)

Para iniciarmos uma análise desse fenômeno a partir do arcabouço da MD, começamos elencando os traços que os IVs *mais*, *e* e *com* teriam no português que serviram de *input* para a aquisição do português rural afro-brasileiro. Tendo em vista o uso de *mais* nos exemplos em (28), como uma conjunção aditiva, semelhante ao símbolo matemático, e, em (29), em que, de acordo com a tradição gramatical, deve ser considerado um advérbio por modificar adjetivo, como em (29a), e um pronome indefinido, em (29b), por modificar um substantivo, assumimos que o português que aqui chegou possuía dois IV com a mesma sequência fonética, porém com contextos de inserção distintos, como em (30a, b).

- (30) a. /mais/¹ ↔ [+aditivo], [+coordenativo], [+similaridade]
b. /mais/² ↔ [+aditivo], [+subordinativo], [+similaridade]
c. /e/ ↔ [+aditivo], [+coordenativo], [+similaridade]
d. /cõ/ ↔ [+coparticipativo], [+subordinativo]

A hipótese de um traço [+aditivo], observado em (31a, b, c), se apoia em contextos em que *mais* pode ser utilizado para realizar adição e formar conjuntos como, por exemplo, em (31a), em que o verbo está no singular para marcar a formação de um conjunto entre *dieta* e *exercício*. É a soma e não as partes a combinação perfeita. A mesma leitura de conjunto é obtida em (31c) por meio do conectivo *com*. No entanto, podemos observar que, em (31b), em que ocorre o conectivo *e*, o verbo pode tanto concordar com o conjunto criado quanto com a soma dos elementos, visto que, além do traço [+aditivo], *e* possui o traço [+coordenativo], permitindo a coordenação de elementos categorial e semanticamente similares. Porém, como o IV *com* não possui o traço [+aditivo], além de possuir o traço de subordinação, apenas a concordância com o termo mais alto na estrutura é possível, como em (31c)¹⁸.

- (31) a. Dieta mais exercício é/*são a combinação perfeita para emagrecer.
b. Dieta e exercício é/*são a combinação perfeita para emagrecer.
c. Dieta com exercício é/*são a combinação perfeita para emagrecer.

Nos exemplos em (32), o traço [+aditivo] exprime uma ampliação do elemento modificado (adjetivo e nome, respectivamente), verificando-se uma ampliação que pode ser interpretado como: (i) intensificação, quando o IV modifica um adjetivo ou um advérbio, como em (32a, b); e (ii) quantificação, quando o IV modifica um nome, como em (32c, d).

- (32) a. O João é mais bonito que o Pedro.

¹⁸ Embora a gramática tradicional abone construções de *com* como coordenativa (*João com Maria saíram*), parecem-nos marginais.

- b. Salvador é mais longe do que Brasília (se você está em São Paulo).
- c. O João comprou mais livros (do que ele tinha antes)
- d. Hoje o João comprou mais livros do que ontem.

O traço de [+similaridade] nessas estruturas é evidenciado entre os termos alvo da comparação: pessoa/pessoa, em (32a), cidade/cidade, em (32b), quantidade/quantidade, em (32c); tempo/tempo, em (32d).

Por fim, o contexto de inserção de *com* é constituído pelos traços [+coparticipativo] e [+subordinativo]. Adotamos aqui o traço de [+coparticipativo] para denotar uma propriedade verificada em Gomes (2019) e Araújo, Gomes e Figueiredo (2019)¹⁹, os quais consideram que esse IV introduz mais um participante no evento. O argumento selecionado por esse IV pode receber diversos papéis semânticos, tais como *agentivo*, *instrumental*, *causativo*, *paciente*, *beneficiário* etc. É relevante para a discussão realizada neste artigo apenas o fato de *com* selecionar um DP que compartilha o mesmo papel temático com outro DP do evento, permitindo a leitura comitativa ou recíproca, como em (33) e (34), respectivamente, único contexto em que o IV *com* apresenta o traço de [+similaridade] no que diz respeito ao compartilhamento do papel temático dos DPs. Essa parece ser uma das condições que licencia a sua alternância com *mais*.

- (33) a. “Cantá, só sei **coos** ôto” (HV-12)
- b. “sempre quando eu vô dêxo ela **mais**minha mãe, né?” (HV-09)
- (34) a. “Aí quano eu casei, casei **cumfi** dela” (CZ-10)
- b. “Não, mora na terra **mais**o... o irmão dela.” (CZ-11)

No que diz respeito à mudança ocorrida em direção da multifuncionalidade do IV *mais* nas comunidades rurais afro-brasileiras, em que passou a ocorrer em contextos de alternância coordenativa/subordinativa-comitativa, conforme Gomes (2014, 2019), propomos, assumindo o quadro da MD, que na gramática dos falantes das comunidades analisadas:

- (i) houve uma reanálise dos traços que constituem o contexto de inserção do IV *mais*² (26b), tornando-o subespecificado, conforme em (35), a ser contrastado com (30a, b);
- (ii) a partir dessa subespecificação, há apenas um único IV *mais*, que dá conta de ser inserido em todos os contextos previstos nas comunidades analisadas, como mencionado ao longo desse artigo.

Dessa forma, os afro-descendentes das comunidades rurais afro-brasileiras, na aquisição do IV *mais*, de acordo com os *inputs* recebidos, armazenaram na Lista 2 um IV *mais* subespecificado que o IV presente na gramática dos portugueses que aqui chegaram com a intenção de colonizar o Brasil. Propomos em (35) que o IV *mais* deve possuir

¹⁹ Essa proposta foi inspirada em Ilari et al. (2008).

apenas o traço de [+aditivo] e [+similaridade] e que a estrutura sintática deve dar conta das possibilidades de interpretação em contextos comparativos, coordenativos e de subordinação comitativa.

(35) /mais/ ↔ [+adição] [+similaridade]

Considerando os contextos de alternância, o traço de [+adição] diz respeito à possibilidade de inclusão de um termo ao evento, seja por coordenação ou por subordinação, que será determinado a partir do contexto sintático em que é inserido (BORER, 2013; MARANTZ, 2013b²⁰). Por fim, o traço de similaridade diz respeito a aspectos morfosintáticos e semânticos: similaridade entre categorias, IV de mesmo campo semântico, papéis temáticos, animacidade.

Em suma, podemos concluir que a aquisição de um IV pelos falantes das comunidades afro-descendentes, com um contexto de inserção mais subespecificado, é o que deve ter permitido a ampliação do uso de *mais* em contextos, por exemplo, em que *com* aparecia anteriormente.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, apresentamos três fenômenos relacionados à mudança linguística e os analisamos com base no arcabouço teórico da MD. Os dois primeiros fenômenos têm relação com a incorporação do prefixo à raiz de verbos.

O primeiro fenômeno, analisado por Bassani (2013), propõe um tratamento diacrônico para explicar, ao longo dos anos e na passagem do latim para o português, a incorporação de prefixos às raízes, os quais, na sincronia, são opacos. Por sua vez, com base em Carvalho (2019), analisamos a regularização da flexão do futuro do subjuntivo em verbos como *conter* e *propor*. Uma vez que para o falante o prefixo se torna opaco nesses verbos, a flexão é regularizada. Esses dois fenômenos são explicados com base em alterações nos itens já na Lista 1.

O terceiro fenômeno analisado, neste trabalho, leva em consideração a mudança ocorrida no IV *mais*, que tem seu contexto de ocorrência ampliado. Tal ampliação está relacionada a uma mudança de traços no IV, que se encontra na Lista 2 dos falantes das comunidades afro-descendentes.

Do fim para o início, mais precisamente para a epígrafe, neste trabalho, foram descritas mudanças morfológicas, fatos da Linguística Histórica, e explicados com base nos pressupostos da MD, uma abordagem da Linguística Teórica, trilhando os caminhos propostos pela saudosa professora e pesquisadora Rosa Virgínia Mattos e Silva em conferência na ABRALIN, em 1988. Uma conferência, que segundo Faraco, contribuiu para o “renascimento da Fênix”, fazendo referência ao trabalho apresentado por Tarallo em 1984, “A Fênix finalmente renascida”, na mesa redonda “Problemas de Linguística Histórica”, um marco para a retomada dos estudos diacrônicos no Brasil.

²⁰ Tanto para Borer (2013) quanto para Marantz (2013b), a estrutura em que está inserido um item tem um papel importante na interpretação desse item. Para Marantz (2013b), por exemplo, é a estrutura que traz uma interpretação inacusativa e não o verbo em si.

REFERÊNCIAS

- ARAD, M. Locality constraints on the interpretation of roots: the case of hebrewdenominal verbs. *Natural language & linguistictheory* 21, p. 737-738, 2003.
- ARAÚJO, R. C.; GOMES, D. T.; FIGUEIREDO, C. Sobre o papel temático da preposição “mais” e “com”. *Letrônica*, 12(2), e32480, 2019.
- BASSANI, I.; MINUSSI, R. Contra a seleção de argumentos pelas raízes: nominalizações e verbos complexos. *ReVel*, v. 13, n. 24, p. 139-173, 2015.
- BASSANI, I. S. *Uma abordagem localista para morfologia e estrutura argumental dos verbos complexos (parassintéticos) do português brasileiro*. Tese (Doutorado em Letras) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.
- BASÍLIO, M. Syntactic opacity: personal infinitive and future subjunctive in Portuguese. *Fórum Linguístico do Texas*. Austin, Texas, 1977.
- BORER, H. *Taking form. Structuring sense*. Volume III. Oxford: Oxford University Press, 2013.
- CARVALHO, P. H. V. *Futurum*: Um estudo morfossintático sobre o futuro do subjuntivo no português paulistano. Dissertação de Mestrado. Guarulhos, Unifesp, 2019.
- CHOMSKY, N. *Knowledge of Language*. New York: Praeger, 1986.
- CHOMSKY, N. *Some Concepts and Consequences of the Theory of Government and Binding*. Cambridge, Mass: The MIT Press, 1982.
- CHOMSKY, N. *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht: Foris, 1981.
- CHOMSKY, N. *Syntactic Structures*. The Hague: Mouton, 1957.
- CUNHA, C; CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013 [1985].
- FARACO, C. A. *Linguagem e Diálogo: as ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
- GOMES, D. C. T. *O Mais conector no Português Popular da Bahia: Aspectos Sociolinguísticos e formais*. Tese de Doutorado. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.
- GOMES, D. C. T. *O uso variável do “mais” no português afro-brasileiro: coordenação e subordinação*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

HALLE, M.; MARANTZ, A. Distributed Morphology and the Pieces of Inflection. In: *The View from Building 20*, 1993, ed. Kenneth Hale and S. Jay Keyser. MIT Press. Cambridge: MIT Press, pp. 111-176.

HOUAISS, A. VILLAR, M. S. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva (CD-ROM), 2007.

ILARI, R. et al. A preposição. In: ILARI, Rodolfo. *Gramática do português culto falado no Brasil*: volume IV – Palavras de classe fechada. Campinas: Editora da Unicamp, p. 163-310, 2008.

LABOV, W. *Principles of linguistic change*. Oxford; Cambridge: Blackwell, 1994.

LABOV, W. *Padrões Sociolinguísticos*. Tradução de Marcos Bagno, Marta Scherre e Caroline Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008 [1972].

LEFEBVRE, C. Relexification in creole genesis and effects on the development of the creole. In: SMITH, N.; VEENSTRA, T. (Eds). *Creolization and Contact*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2001.

LEFEBVRE, C.; LUMSDEN, J. The central role of Relexification in Creole Genesis: the case of Haitian Creole. In: LEFEBVRE, C.; LUMSDEN, J. (Orgs.). *La genèse du créole haïtien: un cas particulier d'investigation sur la forme de la grammaire universelle*. UQAM, 1994.

LUCCHESI, D.; RIBEIRO, I. Teorias da estrutura e da mudança linguísticas e o contato entre línguas. In: LUCCHESI, D., BAXTER, A., and RIBEIRO, I. (Orgs). *O português afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA, p. 125-153, 2009.

LUCCHESI, Dante et al. O português afro-brasileiro: as comunidades analisadas. In: LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (Orgs.). *O Português Afro-Brasileiro*. Salvador: EDUFBA, p. 75-100, 2009.

MARANTZ, A. Locality domains for contextual allomorphy cross the interfaces. In: MATUSHANSKY, O.; MARANTZ, A. (Eds.). *Distributed Morphology today*. Cambridge, MA.: MIT Press. 3, 6, 16, 28, p. 95–115, 2013a.

MARANTZ, A. Verbal argument structure: Events and participants. *Lingua* 130:152–168, 2013b.

MARANTZ, A. *Words and things*. Manuscrito, MIT e NYU, 2001.

MARANTZ, A. No escape from syntax: don't try morphological analysis in the privacy of your own lexicon. *Proceedings of the 21st Annual Penn Linguistics Colloquium*, v. 4.2, p. 201-225, 1997.

MATTOS E SILVA, R. V. Fluxo e Refluxo: uma retrospectiva da Linguística Histórica no Brasil. *D.E.L.T.A.* v.4 (1). São Paulo, p. 85-113, 1988.

MINUSSI, R.; BASSANI, I. Em favor do conteúdo semântico das raízes. *Revista Letras*, Curitiba, UFPR, n. 96, pp.152-173, 2017.

MUYSKEN, P. Half-way between Quechua and Spanish: The case for relexification. HIGHFIELD, A.; VALDMAN, A. (eds.) *Historicity and variation in creole studies*. Ann Arbor: Karoma, p. 52-79, 1981.

ROBERTS, I.; KATO, M. (orgs) *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

STASSEN, L. And-languages and With-languages. *Linguistic Typology*, v. 4, n. 1, p. 1- 54, 2000.

TRINDADE, D.; FIGUEIREDO, C. O uso do MAIS no português rural afrobrasileiro. *Letrônica*, v. 6, p. 269-287, 2013.

Recebido em: 20/12/2020

Aprovado em: 05/02/2021

Publicado em: 25/07/2021